

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIANA PLÁCIDA DE FARIA COSTA

**ELITES LEGISLATIVAS FEDERAIS E LOCAIS NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO
TEÓRICA SOBRE FORMAÇÃO, PERMANÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO
PODER**

SÃO CARLOS - SP

2025

MARIANA PLÁCIDA DE FARIA COSTA

**ELITES LEGISLATIVAS FEDERAIS E LOCAIS NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO
TEÓRICA SOBRE FORMAÇÃO, PERMANÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO
PODER**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal de São
Carlos, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências da Saúde.

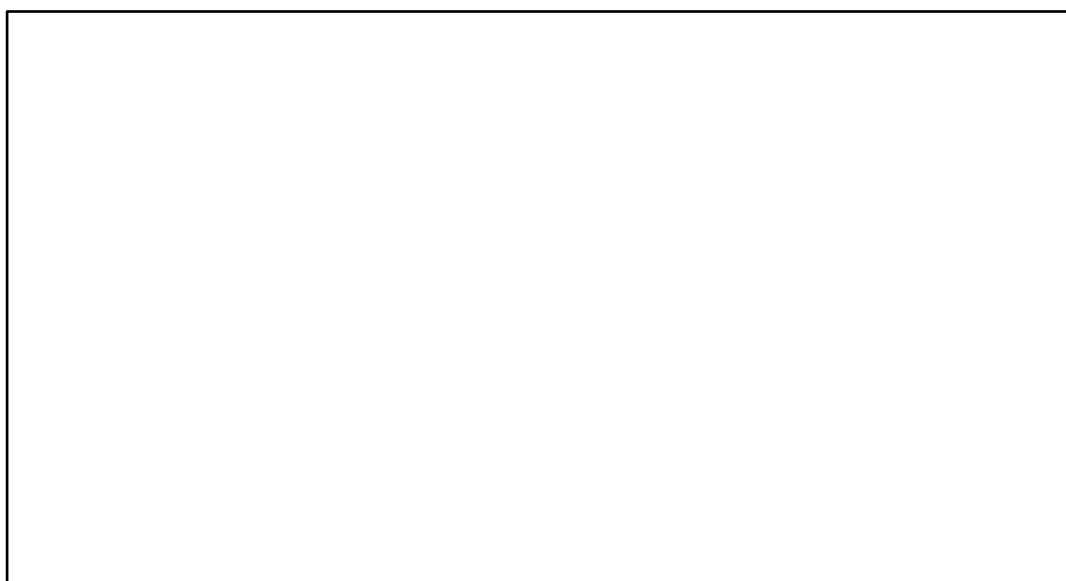
Orientador: Prof. Thales Haddad

SÃO CARLOS - SP

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Faça a sua preenchendo ESTE FORMULÁRIO AQUI.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Graduação Departamento de Ciências Sociais

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa do candidato Mariana Plácida De Faria Costa, realizada em dd/mm/aaaa:

Prof. Dr. Thales Haddad (Orientador)

Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. [nome]

Instituição

Prof. Dr. [nome]

Instituição

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que me apoiaram durante minha formação e que me deram conselhos que levarei para toda vida, principalmente aos meus pais, familiares e amigos, assim como ao meu orientador que foi indispensável em toda a minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço primeiramente a meus pais pelo apoio incondicional e por terem despertado em mim a paixão pela política e a curiosidade sobre as relações humanas. Ao meu irmão por nunca me deixar desistir e por me lembrar sempre que o mais importante é a jornada e não a linha de chegada. Ao meu noivo e companheiro de vida, por ter ouvido pacientemente a leitura de cada parágrafo deste texto e por expressar seu orgulho em relação à minha trajetória. Aos amigos que fiz ao longo deste curso (e fora dele) pelo companheirismo, pelas dicas e por estimularem a minha paixão pela área ao ouvirem com atenção todas as pequenas palestras sobre ciência política que sempre tive prazer em compartilhar.

Agradeço profundamente ao meu orientador Thales Haddad, cuja orientação, paciência e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Também sou grata aos professores do curso, que me introduziram ao universo da Ciência Política de forma apaixonante.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram direta ou indiretamente para a concretização desta monografia e à universidade por me permitir colaborar com sua produção científica.

Muito obrigada!

"O poder não é dado, é tomado; e quem o detém não quer largá-lo facilmente."

— Pierre Bourdieu

RESUMO

Este trabalho discute teoricamente as diferenças entre as elites legislativas federais e locais no Brasil, com foco nos processos de formação, recrutamento, permanência e atuação política. Partindo das teorias clássicas das elites (Pareto, Mosca e Michels) e das reformulações contemporâneas (C. Wright Mills e Pierre Bourdieu), a pesquisa busca compreender como diferentes formas de capital político, simbólico, econômico e social operam na estruturação das elites legislativas em contextos distintos. Utiliza-se o método de revisão bibliográfica, conforme proposto por autores como Gil (2008), Minayo (2001) e Codato (2018), com o intuito de sistematizar a produção acadêmica relevante sobre o tema. Autores brasileiros como Maria Teresa Kerbauy, Octaciano Nogueira, Bruno Speck e César Zucco Jr. são mobilizados para evidenciar as especificidades da atuação parlamentar em diferentes níveis institucionais. A análise revela padrões distintos de profissionalização, recrutamento e estratégias de poder, destacando as implicações dessas diferenças para a representatividade política e o funcionamento da democracia no país.

Palavras-Chaves: Elites Políticas; Legislativo; Federal; Local; Representatividade.

ABSTRACT

This work theoretically discusses the differences between federal and local legislative elites in Brazil, focusing on the processes of formation, recruitment, permanence, and political action. Based on classical elite theories (Pareto, Mosca, and Michels) and contemporary reformulations (C. Wright Mills and Pierre Bourdieu), the research aims to understand how different forms of political, symbolic, economic, and social capital operate in structuring legislative elites in distinct contexts. The bibliographic review method, proposed by authors such as Gil (2008), Minayo (2001), and Codato (2018), is used to systematize relevant academic production on the subject. Brazilian authors such as Maria Teresa Kerbauy, Octaciano Nogueira, Bruno Speck, and César Zucco Jr. are mobilized to highlight the specificities of parliamentary action at different institutional levels. The analysis reveals distinct patterns of professionalization, recruitment, and power strategies, highlighting the implications of these differences for political representativeness and the functioning of democracy in the country.

Keywords: Political Elites; Legislature; Federal; Local; Representativeness.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Referencial Teórico	15
2.1 A Teoria Clássica Das Elites	15
2.2 O Campo Político e a Reprodução do Poder	23
2.2.1 A Definição do Campo Político	25
3. A Formação Das Elites Políticas Legislativas	28
3.1 A Formação Das Elites Locais	30
3.2 A Formação Das Elites Federais	33
3.3 Recrutamento Político, Profissionalização e Permanência No Cargo	34
3.4 As Barreiras De Inserção Na Vida Política	36
4. As diferenças e semelhanças entre elites legislativas federais e locais: Desdobramentos de suas atuações	38
4.1 Estrutura e Escopo da Atuação Legislativa	39
4.2 Proximidade e Informalidade x Institucionalização e Tecnicismo	40
4.3 Recrutamento, Permanência e Profissionalização das Elites Legislativas	42
4.5 Convergências e Interdependência	44
5. Considerações finais	45
6. Referências Bibliográficas	49

1. Introdução

A presente pesquisa se propõe a revisitar a bibliografia acerca da teoria das elites, tomando como objeto principal de análise a composição das elites legislativas federal e local. Assim, este trabalho busca compreender os elementos que permitem o acesso de determinados indivíduos a posições de poder político no âmbito legislativo e as semelhanças e as diferenças que ocorrem na esfera local e na esfera nacional. Ao abordar este tema, este trabalho insere-se num amplo debate sobre a formação das elites políticas no Brasil e, em particular, na forma como estas elites legislativas exercem seu poder.

A análise de uma elite política é relevante não apenas pela centralidade que os atores legislativos têm na mediação entre as demandas da população e a elaboração de políticas públicas, mas também pelo papel que essas figuras exercem na reprodução de estruturas de poder historicamente estabelecidas. A compreensão das dinâmicas que permitem que estas relações de poder sejam replicadas e a forma como este poder se estabelece é fundamental para delimitar o acesso que é garantido a um legislador na sociedade.

Para alcançar tal objetivo, este trabalho se utilizará de uma metodologia qualitativa e bibliográfica como método de análise, baseada na sistematização das principais teorias clássicas e modernas sobre formação de elites. Assim, o problema central desta pesquisa fica articulado desta forma: quais são as diferenças estruturais, sociológicas e institucionais entre a atuação das elites legislativas no âmbito federal e no âmbito local? Esta questão permeia a análise acerca das dinâmicas de acesso ao poder, da permanência do mesmo, dos perfis sociopolíticos dos representantes e das formas de representação praticadas nos diferentes níveis de atuação institucional.

A opção metodológica pela revisão bibliográfica se justifica tanto pela natureza teórica da problematização quanto pela relevância de organizar e discutir os principais aportes analíticos já consolidados na literatura. Como destacam GIL (2008) e MINAYO (2001), a pesquisa bibliográfica permite identificar, reunir e confrontar autores, conceitos e perspectivas que contribuem para um entendimento aprofundado de determinado objeto. Para a Ciência Política, CODATO (2018) reforça a importância da revisão teórica como ferramenta analítica, permitindo utilizá-la para a construção de modelos explicativos sobre fenômenos políticos diversos.

Para isso, a fase inicial consistiu em um amplo levantamento de fontes em bases de dados acadêmicas, primordialmente Scielo e Google Scholar, utilizando palavras-chave como “teoria das elites”, “campo político”, “elites legislativas Brasil”, “recrutamento político”, “clientelismo”, “diferenças e semelhanças” e “legislativo local”.

O material selecionado foi então organizado a partir de três eixos que estruturam esta monografia: o teórico-clássico (Pareto, Mosca, Michels), o teórico-contemporâneo (Bourdieu, Mills, Schumpeter) e o de análise do contexto brasileiro (Kerbaudy, Codato, Dombrowski).

Dentro deste escopo, autores brasileiros como Maria Teresa Kerbaudy (2016), Adriano Codato (2018), Octaciano Nogueira (2000), César Zucco Jr. (2011) e Bruno Speck (2006) contribuem para a compreensão dos mecanismos de formação, recrutamento e comportamento das elites parlamentares no país. Suas análises permitem compreender as tensões entre profissionalização política, padrões de representação e relações entre eleitos e suas bases eleitorais em níveis distintos de governo.

Uma vez que a pesquisa realizada neste trabalho é de natureza qualitativa, ela utiliza a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico. Esta abordagem é pertinente para a realização deste trabalho pois é a mais adequada para responder ao problema de pesquisa citado. De acordo com Minayo (2002), a pesquisa qualitativa é fundamental nas ciências sociais, pois auxilia na busca por respostas muito intrínsecas à sociedade. Ou seja, a pesquisa qualitativa:

[...]se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2022 p. 21).

Portanto, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa é a mais indicada para a composição desta pesquisa, uma vez que a natureza do problema de pesquisa é institucional e estrutural, trazendo um questionamento acerca de uma realidade tão múltipla quanto somente o campo político brasileiro.

A opção pela abordagem qualitativa se reforça ao considerarmos a insuficiência de um método puramente quantitativo para este objeto em questão. Uma análise quantitativa poderia, por exemplo, mensurar o número de mandatos ou o percentual de projetos de lei aprovados por parlamentares locais e federais, mas falharia em capturar as nuances e as especificidades das relações de poder. Ela não conseguiria explicar o poder simbólico exercido por um vereador

em sua comunidade, ou mesmo as redes de troca e clientelismo (apresentando caráter mais informal) que sustentam sua atuação. As dinâmicas de recrutamento, as barreiras invisíveis de acesso e a própria construção do habitus político (como descrito por Bourdieu) são fenômenos que escapam à análise de variáveis numéricas, exigindo um viés muito mais interpretativo, que é característico da metodologia qualitativa.

Sendo assim, é importante compreender que a pesquisa bibliográfica foi adotada neste trabalho como procedimento central. Os livros, teses e artigos científicos foram tratados como a fonte de dados a ser explorada, uma vez que o objetivo central não focou apenas em resumir o que cada autor disse, mas também em colocá-los em um diálogo crítico, questionando como as teorias clássicas sobre a formação de elites (formuladas em outro contexto histórico e geográfico) se aplicam, como são adaptadas ou mesmo como podem ser desafiadas por análises mais concretas do sistema político brasileiro contemporâneo.

A organização do material nos três eixos analíticos (teórico-clássico, teórico-contemporâneo e análise do contexto brasileiro) também foi uma decisão metodológica pensada para garantir a clareza e a profundidade da análise. O eixo clássico forneceu as bases conceituais universais sobre a inevitabilidade da formação e reprodução das elites. O eixo contemporâneo, com destaque para Bourdieu, ofereceu aspectos mais sofisticados para entender as formas sutis de reprodução do poder, como o capital político e simbólico. Por fim, o eixo brasileiro foi fundamental para deslocar o eixo da discussão para o nosso caso em específico, ou seja, para confrontar as teorias gerais com as particularidades do sistema brasileiro, marcado por fenômenos como o coronelismo, o clientelismo e a tendência à formação de coalizões, que moldam de forma única as elites locais e federais.

Dessa forma, o processo de "articulação" entre teoria e estudos de caso foi a principal ferramenta analítica. Tomou-se, por exemplo, o conceito de "profissionalização da política" e observou-se como ele se manifesta de maneira distinta no nível federal, conforme descrito por Codato e Costa, e no nível local, onde muitas vezes a política ainda é exercida de forma paralela a outras atividades. Este movimento de ir da teoria abstrata para a análise concreta, e vice-versa, permitiu não apenas descrever as diferenças entre as elites, mas também propor explicações para o porquê dessas diferenças existirem e se perpetuarem, cumprindo assim os objetivos centrais desta monografia

Nesse sentido, o método técnico adotado (pesquisa bibliográfica) foi o instrumento escolhido para construir a análise deste trabalho. Esta técnica é descrita por Gil

(2008) como “desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos.”. Sendo assim, a fase inicial consistiu em um amplo levantamento de fontes em bases de dados acadêmicas, primordialmente Scielo e Google Scholar, utilizando palavras-chave como “teoria das elites”, “campo político”, “elites legislativas Brasil”, “recrutamento político”, “clientelismo”, “diferenças e semelhanças” e “legislativo local”. O material selecionado foi então organizado a partir de três eixos que estruturam esta monografia: o teórico-clássico (Pareto, Mosca, Michels), o teórico-contemporâneo (Bourdieu, Mills, Schumpeter) e o de análise do contexto brasileiro (Kerbaui, Codato, Dombrowski).

A análise do material envolveu um processo de interpretação ativo, onde, para cada texto, foram identificados os principais conceitos e argumentos, permitindo, posteriormente, uma análise comparativa que confrontou as diferentes abordagens teóricas. Por fim, foi realizada a articulação entre o arcabouço teórico e alguns dos estudos sobre o Brasil no âmbito legislativo, buscando conectar conceitos como "capital político" com as práticas concretas de atuação das elites legislativas como são descritas na literatura acadêmica nacional.

É importante ressaltar que, por ser uma pesquisa estritamente bibliográfica, este trabalho possui limitações. A análise se baseia em dados e interpretações de fontes secundárias, não envolvendo a coleta de dados primários, como entrevistas ou observações de campo. As conclusões são formadas, portanto, a partir da sistematização e da nova interpretação de um corpo de conhecimento já existente. Contudo, essa limitação é também o aspecto que permite a indagação acerca de novos temas, uma vez que as lacunas deixadas por este trabalho também convergem numa informação pertinente: existe uma necessidade de maior análise sobre as semelhanças e divergências dentro do campo legislativo em seus diferentes âmbitos.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas do poder político no Brasil, bem como para o debate sobre as limitações estruturais da representação democrática nos planos federal e local.

2. Referencial Teórico

2.1 A Teoria Clássica Das Elites

A teoria das elites é uma vertente fundamental da ciência política tanto clássica quanto moderna pois busca compreender o porquê certos grupos carregam poder e influência em diversas esferas da sociedade.

Este desdobramento parte do pressuposto de que um sistema político tende a ser governado por grupos minoritários que acumulam os recursos necessários para influir – de forma direta ou indireta – em processos decisórios. Sendo assim, a dinâmica da teoria das elites é indispensável na análise proposta por este trabalho, uma vez que pode auxiliar no entendimento dos fluxos que permitem com que certos perfis sociais se destacam na composição do jogo político legislativo no Brasil.

A teoria das elites surge principalmente como uma resposta crítica às promessas democráticas de participação igualitária e de soberania popular. Dentro deste escopo, alguns autores se destacam na formulação inicial dessa abordagem: Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels, C. Wright Mills e Joseph Schumpeter. Apesar de partirem de pressupostos distintos, todos convergem na constatação de que o poder político e o poder social tendem a se concentrar nas mãos de uma minoria, independentemente do regime político ou da vontade popular expressa formalmente pelas instituições democráticas.

Para Vilfredo Pareto, as elites são compostas pelos indivíduos que se destacam por sua capacidade superior de liderança em diferentes áreas da vida social, em diferentes níveis de organização e de influência.

Essa concepção parte de um critério funcionalista, em que os mais aptos ou eficazes acabam ocupando posições de liderança. Dentro desse grupo, o autor categoriza a elite governante como a detentora do poder político, considerando-os como “indivíduos que usam rótulos apropriados para cargos políticos de relevância – ministros, senadores, deputados, juízes, generais, coronéis, e assim por diante.” (PARETO, 1994). Um dos conceitos centrais de Pareto é também o da circulação das elites, onde a história é marcada pela substituição contínua de elites decadentes por novos grupos mais dinâmicos, o que, conseqüentemente, garantiria uma forma de renovação do poder.

De acordo com Vilfredo Pareto, a circulação das elites ocorre devido à dinâmica natural dos grupos dominantes, que, com o tempo, tendem a se tornar ineficazes ou corrompidos, levando à ascensão de novas elites mais aptas a manter o controle. Essa substituição contínua é essencial para a renovação da estrutura de poder, evitando que um grupo permaneça estagnado e decadente por tempo prolongado.

A circulação das elites é vista como uma característica fundamental da história política, onde os novos grupos que ascendem são mais adaptáveis e energéticos, podendo responder de maneira mais eficaz às mudanças sociais, econômicas e políticas. Esse fenômeno de rotatividade permite, portanto, a regeneração do sistema político e social, criando uma espécie de equilíbrio dinâmico entre inovação e tradição.

Essa lógica de circulação das elites se aplica tanto a níveis mais amplos da sociedade quanto às elites locais, embora com algumas ressalvas. No caso das elites locais, a renovação pode ocorrer de forma mais lenta ou mais visível, dependendo das características do contexto sociopolítico e das instituições de poder local.

Quando as elites locais se tornam ineficazes ou desconectadas das necessidades da população, um novo grupo mais dinâmico e com mais fôlego pode surgir, desafiando as elites existentes. Esse fenômeno é ainda mais evidente em sistemas políticos onde as estruturas de poder local são permeadas por clientelismo e redes de influência, o que facilita a ascensão de novos atores políticos que utilizam táticas mais astutas, as chamadas "raposas", para conquistar e manter sua posição.

No município de Poços de Caldas (onde sou eleitora), por exemplo, a circulação ou mesmo a renovação das elites políticas locais é mais evidente no poder Executivo do que no Legislativo, uma vez que a cidade não reelegera seus prefeitos a mandatos consecutivos em diversas oportunidades. De acordo com PARETO (1994):

Em virtude da circulação de classes, a elite governante está sempre num estado de lenta e contínua transformação. Corre como um rio, nunca sendo hoje o que foi ontem. De tempos em tempos ocorre um súbito e violento distúrbio. Há uma enchente — o rio transborda. Depois, a nova elite governante reassume sua lenta transformação. A enchente acalmou-se, o rio corre normalmente, mais uma vez, em seu leito marcado (PARETO 1994 p. 78).

A renovação das elites locais, portanto, é fundamental para garantir a vitalidade do processo político em qualquer nível de organização social. Por essa e outras razões, é possível inferir que a abordagem de Pareto se destaca por seu tom quase biológico: ele não julga a elite por seu mérito moral ou ideológico, mas sim pela sua eficácia em conquistar e manter o poder.

Já Gaetano Mosca enfatiza que toda sociedade é dividida entre uma minoria organizada que governa – a classe política – e uma maioria desorganizada que é governada. De acordo com MOSCA (1966):

O domínio de uma minoria organizada, obedecendo ao mesmo impulso, sobre a maioria desorganizada, é inevitável na realidade. O poder de qualquer minoria é irresistível quando se dirige contra cada um dos membros da maioria tomado isoladamente, o qual está só diante da totalidade da minoria organizada. Ao mesmo tempo, a minoria é organizada exatamente por ser uma minoria (MOSCA, 1966 p. 54).

Para o autor, o fator decisivo não é apenas a superioridade individual dos membros da elite – seja ela financeira ou intelectual –, mas sim sua capacidade de organização e coesão interna, que a torna capaz de dominar a maioria.

Ao contrário de Pareto, Mosca reconhece um certo valor nas instituições políticas, defendendo a importância de mecanismos jurídicos e representativos para limitar o poder das elites e ampliar o acesso ao governo. Ainda assim, sua visão sustenta que a substituição da elite dominante por novos grupos dirigentes é um processo restrito e lento, com poucas possibilidades efetivas de ruptura.

Na natureza inorgânica temos o exemplo do nosso ar, no qual a tendência à imobilização produzida pela força da inércia está continuamente em conflito com uma tendência de locomoção, como resultado das desigualdades na distribuição de calor. As duas tendências, prevalecendo por turnos em várias regiões do nosso planeta, produzem ora calma, ora vento e tempestade. De modo bastante semelhante, nas sociedades humanas, ora prevalece a tendência que produz classes dirigentes fechadas, estacionárias, cristalizadas, ora a tendência que resulta numa renovação mais ou menos rápida da classe dirigente (MOSCA 1966 p. 67).

A maioria é considerada desorganizada, segundo Mosca, porque podem lhe faltar os recursos materiais, o conhecimento técnico e a estrutura organizacional necessária para atuar de forma coesa no processo político, aspectos estes que se aprofundam pelo próprio fato de a maioria ser mais numerosa do que a minoria. A própria natureza da vida social parece ampliar esse desequilíbrio já que as grandes massas estão voltadas para a sobrevivência cotidiana e estariam, assim, dispersas em seus interesses pessoais, enquanto a minoria dominante, alheia a estes problemas da vida cotidiana, se organiza estrategicamente para estruturar sua manutenção de poder.

Esse fenômeno é favorecido por instituições, práticas culturais e mecanismos ideológicos que ampliam o abismo entre governantes e governados. Além disso, é notável que a classe dirigente dispõe de um amplo acesso privilegiado aos meios de comunicação, à educação de qualidade e estruturada, e às redes de influência, o que reforça sua capacidade de articulação em contraste com a fragmentação da maioria, que se concentra em reforçar seus objetivos individuais, normalmente ligados à sua sobrevivência.

Nesse sentido, Mosca considera que a estabilidade do poder das elites se sustenta na continuidade institucional e na sua capacidade de adaptação gradual, e não em rupturas revolucionárias. Mesmo quando há mudanças aparentes nos quadros de dirigentes, os novos grupos que ascendem tendem a reproduzir as mesmas lógicas de dominação, numa tendência conservadora de manutenção de poder.

Assim, a ausência de ruptura efetiva acontece pelo fato de que os mecanismos de dominação até podem ser reestruturados, mas nunca são de fato abolidos. As elites são capazes de se adaptarem às exigências do momento histórico, mantendo sua posição privilegiada dentro do sistema social.

No caso de Robert Michels, sua obra contribui para o debate ao abordar o processo de formação das elites sob a perspectiva do funcionamento interno das organizações políticas modernas. Assim como Mosca, Michels identifica uma característica conservadora na manutenção do poder político. Ao observar partidos e sindicatos em seu país de origem – especialmente aqueles de orientação socialista –, Michels destaca como o crescimento e a complexidade dessas instituições tendem a gerar estruturas centralizadoras, mesmo quando seu discurso se baseia essencialmente na igualdade e na participação. De acordo com MICHELS (1966):

Tendo como razão de existência a derrubada do poder centralizado do Estado, partindo da ideia de que basta à classe trabalhadora se assegurar uma vasta e sólida organização para que triunfe na organização do Estado, o partido dos trabalhadores acabou por adquirir uma centralização propriamente sua, baseado nos mesmos princípios fundamentais de autoridade e disciplina que caracterizam a organização do Estado. Transforma-se dessa maneira em um partido governamental, vale dizer, um partido que, organizado como um governo em pequena escala, espera algum dia assumir as rédeas do governo em escala maior. O partido político revolucionário é um Estado dentro do Estado, buscando a finalidade expressa de destruir o Estado existente a fim de substituí-lo por uma ordem social de caráter fundamentalmente diferente (MICHELS, 1966 p. 108).

Assim, a análise de Michels revela uma certa tensão entre democracia e organização, ou seja, para o autor quanto mais ampla e técnica se torna uma organização, mais ela se afasta de seus valores democráticos, reforçando a teoria de Mosca de que, mesmo quando novos grupos ascendem ao poder, a tendência é de que, com o tempo, esta nova classe dirigente também se volte ao conservadorismo para buscar uma manutenção conservadora de seus poderes. Nesse ponto, Michels se aproxima de uma crítica estrutural semelhante à de Marx, ao identificar que as formas institucionais modernas, mesmo quando carregam o ideal democrático, podem acabar por reproduzir novas formas de dominação. Para MARX (1844):

O princípio da política é a vontade: quanto mais parcial e aperfeiçoado se torna o pensamento político, tanto mais acredita na onipotência da vontade, tanto menos é capaz de ver as limitações naturais e mentais da vontade, tanto menos capaz é de perceber a origem dos males sociais (MARX, 1844 p. 16 in: Sociologia Política p. 14).

Estas análises são, portanto, menos focadas nas qualidades individuais dos membros da elite e mais nas condições institucionais que favorecem a estabilidade das lideranças e, conseqüentemente, a reprodução das estruturas mais conservadoras de poder.

De forma prática, Michels sugere que a própria necessidade de organização leva inevitavelmente à concentração de poder nas mãos de poucos, o que contradiz em essência, com os ideais igualitários que fundamentaram esses movimentos. Esse paradoxo — de partidos que pregam a participação popular mas operam de modo oligárquico — exemplifica o que o autor chama de “lei de ferro da oligarquia”.

É possível inferir, portanto, que a burocratização das organizações (da forma como a entendemos hoje) é apresentada por Michels como um processo quase inevitável. A complexidade funcional de estruturas políticas tende a exigir especialização, eficiência e rapidez nas decisões, o que leva à delegação de tarefas e à valorização de lideranças técnicas

Esse processo técnico e administrativo, ainda que seja inicialmente motivado por uma latente necessidade de organização, acaba por criar uma barreira entre a base e a cúpula da organização, reduzindo o espaço efetivo de participação democrática e ampliando os mecanismos de hierarquização responsáveis por categorizar esta estrutura como complexa.

Assim, quanto mais eficiente e complexa se torna uma instituição, mais ela recorre a práticas centralizadoras, transformando a técnica em um instrumento de poder — uma dinâmica que se aproxima do conceito weberiano de “dominação legal-racional”, embora Michels mantenha seu foco mais voltado à reprodução da oligarquia como um mecanismo interno de organização coletiva.

A crítica estrutural de Michels, nesse aspecto, se aproxima de Marx ao apontar como as formas institucionais modernas reproduzem relações de dominação. No entanto, enquanto Marx foca principalmente na dominação de classe mediada pelas estruturas econômicas — ou seja, a exploração do proletariado pela burguesia —, Michels desloca o eixo da crítica para dentro das próprias organizações que pretendem romper com essa lógica, revelando como elas também criam elites internas.

Para Marx, a dominação tem raízes na propriedade dos meios de produção; para Michels, a dominação nasce da própria forma organizacional, da cristalização do poder em lideranças que se tornam indispensáveis e imóveis, mesmo em regimes aparentemente igualitários. Ambos, no entanto, compartilham o diagnóstico de que a dominação moderna se esconde sob aparências de racionalidade e promessas de progresso.

Apesar de suas diferenças – Pareto com seu viés mais sociológico, Mosca com uma abordagem mais institucional e Michels com seu foco voltado à dinâmica organizacional –, os três autores compartilham a premissa de que a concentração de poder nas mãos de poucos é uma realidade estrutural das sociedades modernas. De certa forma, os três autores denunciam o abismo entre as promessas da democracia moderna e as dinâmicas reais que permeiam o exercício do poder de fato. No desenvolvimento desta pesquisa, que busca entender os mecanismos de formação e reprodução da elite política legislativa, a contribuição desses autores

é extremamente válida para auxiliar na construção de uma base teórica que reconheça a existência de aspectos comuns na ocupação de espaços políticos, mesmo quando em diferentes níveis de atuação.

Já no caso de C. Wright Mills, sua contribuição para a teoria das elites é central para compreender como o poder político se articula com outras esferas de dominação, especialmente na sociedade moderna. Em sua obra *A elite do poder* (1975), o autor propõe que o poder não está disperso entre os cidadãos, como sugerem os ideais democráticos, mas concentrado em um grupo restrito de indivíduos que ocupam posições estratégicas nos campos político, econômico e militar. Essa elite, segundo Mills, forma um núcleo coeso que compartilha interesses, estilos de vida e redes de influência, operando de forma articulada para manter sua posição privilegiada.

Esse conceito rompe com a ideia de que o poder político é exercido de forma autônoma ou isolada. Ao contrário, o autor demonstra que há uma circulação constante de indivíduos entre as esferas do poder — executivos que se tornam ministros, militares que assumem cargos administrativos, políticos que integram conselhos de grandes corporações — o que reforça a interdependência entre essas elites e sua capacidade de moldar decisões estratégicas em benefício próprio. Como afirma o autor:

Os políticos são cercados pelas exigências e solicitações de grupos organizados, grandes e pequenos, locais e nacionais. Como corretores do poder, eles têm de fazer concessões num interesse em benefício de outro, e, nesse processo, acabam com frequência comprometidos, sem uma linha política firme (MILLS, 1975, p. 299).

Essa análise é particularmente útil para pensar a elite legislativa federal brasileira, onde frequentemente nos deparamos com uma certa interdependência entre interesses econômicos, políticos e midiáticos. A atuação parlamentar, nesse contexto, não se limita à representação formal, mas envolve negociações com setores empresariais, articulações com o Executivo e estratégias de visibilidade pública que reforçam a posição dos parlamentares como mediadores privilegiados entre os diferentes campos de poder. A elite do poder, portanto, não é apenas uma categoria sociológica, mas uma realidade concreta que estrutura o funcionamento da política em níveis mais profundos do que os visíveis nas instituições formais.

Por fim, a teoria democrática formulada por Joseph Schumpeter apresenta uma inflexão importante no debate sobre representação política. Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), o autor propõe uma redefinição do conceito de democracia, afastando-se da noção clássica de soberania popular para compreendê-la como um método institucional de seleção de lideranças. Para Schumpeter, a democracia é baseada num processo competitivo no qual os indivíduos disputam o voto popular para ocupar cargos de decisão, sendo o papel do eleitorado limitado ao de escolher apenas entre elites concorrentes.

Essa concepção rompe com a ideia de que o povo governa diretamente. Em vez disso, o autor argumenta que a função do cidadão, numa democracia moderna, é selecionar periodicamente os líderes que irão tomar decisões em seu nome. A política, portanto, é entendida como uma arena de disputa entre elites organizadas, e não como um espaço de deliberação coletiva entre iguais. Como afirma Schumpeter: “O método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo.” (SCHUMPETER, 1942, p. 269)

Essa abordagem é particularmente relevante para a análise da elite legislativa federal, onde a competição eleitoral é intensa, mas frequentemente restrita a candidatos com alto capital político, econômico e simbólico. A disputa pelo voto, nesse contexto, não ocorre em condições de igualdade, mas é mediada por estruturas partidárias, financiamento de campanha, acesso à mídia e redes de influência — elementos que favorecem a reprodução (e manutenção) das elites já estabelecidas.

A teoria de Schumpeter permite, assim, compreender a democracia como um sistema que regula a circulação das elites, mas que não elimina as desigualdades estruturais que condicionam o acesso ao poder. No caso brasileiro, essa perspectiva ajuda a explicar por que a renovação política é limitada e por que os espaços legislativos continuam sendo ocupados, majoritariamente, por perfis semelhantes mesmo com o passar do tempo. A democracia, nesse modelo, não é a superação das elites, mas a sua legitimação periódica por meio do voto.

Portanto, revisar Pareto, Mosca, Michels, Mills e Schumpeter não é apenas um exercício histórico, mas uma forma de estruturar a análise das elites políticas em seu aspecto mais duradouro: sua capacidade de se reproduzirem, mesmo sob a aparência de mudança e de democratização. Seus modelos teóricos propõem aspectos importantes para compreender como atuam as elites políticas em diferentes níveis institucionais

2.2 O Campo Político e a Reprodução do Poder

Para uma melhor análise da elite política, é fundamental que haja também uma compreensão mais ampla das estruturas sociais e simbólicas que definem o espaço da política como um campo deveras autônomo, com regras próprias de funcionamento e formas específicas de disputa. A simples identificação de características individuais recorrentes entre os ocupantes de cargos políticos não é suficiente para explicar os mecanismos mais profundos que sustentam sua permanência e legitimação no espaço de poder.

Por isso, este capítulo tem como objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre o campo político, compreendido enquanto uma dimensão estruturada das relações sociais, marcada por disputas constantes entre atores que buscam acumular diferentes formas de capital — político, simbólico, econômico e social — para garantir posições de prestígio e autoridade dentro da ordem política estabelecida.

Nesse sentido, a noção de campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu oferece um instrumento analítico poderoso para avançar na compreensão da lógica interna do espaço político. Diferente das abordagens mais tradicionais que associam diretamente política e representação institucional, Bourdieu propõe que o campo político funcione segundo uma lógica própria, relativamente autônoma em relação a outros campos sociais, apesar de estar sempre em interação com eles.

O poder político, nesse modelo, não é distribuído apenas por critérios formais, mas também por disputas simbólicas e por jogos de reconhecimento que envolvem práticas de discurso, posicionamentos públicos e trajetórias individuais marcadas por diferentes formas de capital acumulado ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, é necessário compreender que essas disputas não ocorrem em um ambiente isolado. Tanto o campo político local quanto o federal estão inseridos em uma estrutura de poder mais ampla, historicamente constituída e socialmente reproduzida, que influencia os modos de funcionamento das instituições e das práticas políticas em seus respectivos âmbitos.

Como destacam autores como Kerbauy e Codato, a política local no Brasil apresenta especificidades importantes, como a presença de redes clientelistas, a forte personalização das candidaturas e a persistência de formas mais conservadoras de exercício do poder que coexistem com as instituições modernas da democracia representativa.

No nível federal, por outro lado, observa-se uma maior institucionalização das regras do jogo político, com maior visibilidade pública, competição entre partidos nacionalizados e pressão de grupos de interesse organizados, o que permite reconfigurar as diferentes dinâmicas da atuação parlamentar e do próprio exercício em si da política como profissão.

A formação das elites políticas legislativas, tanto locais quanto federais, portanto, não deve ser entendida apenas como resultado de disputas eleitorais abertas e livres, mas também como fruto de um conjunto de relações estruturais e simbólicas que especificam quais trajetórias são possíveis, quais são legítimas e quais podem vir a ser bem-sucedidas no interior de cada campo.

A definição da esfera política e a influência que ela exerce é um tema central tanto da sociologia quanto da política. Para Marx (1848) a sociedade se estrutura por meio da luta de classes e da disputa de poder entre elas, o que caracteriza o espaço político daquele momento histórico de forma muito lúcida. Este conceito, no entanto, não supre todas as necessidades do mundo contemporâneo, como explicitado por Bourdieu (1989) que analisa o meio social através de campos que detêm certa autonomia, com lógicas específicas e formas próprias de capital.

Além disso, para o autor, as classes não são estruturas tão bem delimitadas quanto em Marx (que as define como proletariado e donos de fábricas) uma vez que, para Bourdieu, classes sociais não são compreendidas pela sociedade de forma concreta, mas sim vividas e experienciadas de forma individualizada, dando ao indivíduo uma sensação de pertencimento a grupos que compartilham experiências semelhantes ao invés de uma generalização político-institucional, como as estabelecidas por órgãos governamentais na sociedade contemporânea.

2.2.1 A Definição do Campo Político

Ademais, sabe-se que para Bourdieu (1989), o campo político é um espaço social relativamente autônomo, estruturado por regras próprias que definem o acesso ao poder e a distribuição do capital político, simbólico, econômico e social entre os agentes que nele atuam. O campo não é simplesmente um reflexo das estruturas sociais exteriores, mas um espaço onde as disputas e estratégias são mediadas por um sistema próprio de posições hierarquizadas, no qual a legitimidade dos atores depende da posse e do reconhecimento dessas diferentes capitais.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Dessa forma, Bourdieu enfatiza que o poder no campo político é fundamentalmente simbólico, porque depende da capacidade de impor uma visão legítima da realidade social, que naturaliza certas formas de autoridade e exclusão. Tal poder simbólico atua silenciosamente, moldando o habitus político dos agentes, que internalizam disposições, valores e práticas que os orientam a agir e se posicionar conforme as regras do jogo, muitas vezes sem consciência explícita dessa estrutura (BOURDIEU, 1989).

Assim, a análise do campo político não pode, para Bourdieu, se limitar ao espaço institucionalmente delimitado, pois ela deve compreender também a autonomia desta estrutura. É possível afirmar então, que a política, além de uma expressão da luta de classes, é também um espaço de disputas por poder simbólico, onde os atores estão em constante luta para converter seu próprio capital – que pode ser econômico, cultural, social ou até mesmo simbólico – em capital político, numa busca por reconhecimento, visibilidade e prestígio.

O campo político, portanto, assim como os outros campos sociais descritos por Bourdieu, possui regras e padrões de funcionamento característicos de si próprio. Essa definição permite a compreensão da política como algo que vai além da disputa entre classes, como um espaço simbólico onde diferentes tipos de recursos materiais e imateriais são convertidos em poder.

Dessa forma, a construção do espaço político legislativo municipal não se limita a uma busca pelos ideais ou interesses específicos de determinadas classes, mas, ao contrário, se

expande em lugares de convergência de interesses como por exemplo coligações partidárias – ou colaborações entre políticos – de ideologias e agendas distintas, que poderiam outrora, serem encarados com estranheza.

Neste contexto, é fundamental compreender que o campo político, como espaço estruturado de disputas, não se restringe apenas ao momento eleitoral ou mesmo ao exercício de cargos públicos. Ele é constituído por uma multiplicidade de agentes e instituições que atuam de maneira permanente, disputando posições, legitimidade e influência. Isso inclui não apenas partidos políticos e seus representantes eleitos, mas também lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil, meios de comunicação e até mesmo setores da iniciativa privada que, direta ou indiretamente, participam da definição de pautas e prioridades políticas.

Tanto no nível municipal quanto no federal, essa configuração se expressa de forma distinta: enquanto o campo local é frequentemente permeado por relações personalistas, clientelistas e redes informais de poder, o campo federal se caracteriza por maior institucionalização, competição interpartidária e presença de grupos organizados com inserção nacional.

Assim, o campo político deve ser visto como um espaço dinâmico, permeado por relações de força e negociações constantes, que operam tanto dentro quanto fora da formalidade institucional, com variações importantes conforme a escala em que se inserem. De acordo com DOMBROWSKI (2011):

O poder do Estado central, condutor do processo de modernização, sediado na capital, aparece ligado ao primeiro mundo, e os poderes locais, sediados no interior, aparecerão, definitivamente, ligados ao atraso do mundo rural e oligárquico: este, no pensamento político brasileiro, passou a ser repositório dos resíduos feudais da colonização portuguesa, o mundo dos desmandos oligárquicos, do coronelismo, do clientelismo e do patrimonialismo (DOMBROWSKI 2011, p. 184)

Além disso, o campo político se diferencia por sua capacidade de converter capitais oriundos de outros campos – como o capital econômico advindo de empresários locais ou o capital cultural de figuras com prestígio educacional e intelectual – em capital político, o que evidencia sua capacidade de transcender esferas de poder.

Este processo é um dos mecanismos centrais que explicam a permanência de determinados grupos ou perfis em posições de poder. A posse de capital em outros campos oferece diversas vantagens estratégicas aos agentes, facilitando o acesso a redes de apoio,

financiamento de campanhas, visibilidade midiática e reconhecimento simbólico. Isso contribui para a constituição de um habitus político específico, no qual determinados atores se percebem – e são percebidos – como legítimos ocupantes de posições de autoridade.

De acordo com Pierre Bourdieu, o habitus político consiste em um conjunto de disposições internalizadas que orientam a percepção, a avaliação e a ação dos agentes no campo político. Essas disposições, adquiridas por meio da socialização em contextos específicos, refletem as estruturas de dominação e as hierarquias do campo, ao mesmo tempo em que podem ou reproduzir ou contestar a ordem estabelecida.

O habitus político não apenas molda as estratégias e os discursos dos atores, mas também revela as desigualdades no acesso a recursos materiais e simbólicos, como educação, redes de influência e capital cultural. Assim, Bourdieu demonstra como a dinâmica política é profundamente marcada por esquemas de pensamento e ação que naturalizam certas práticas enquanto excluem outras, reforçando ou desafiando relações de poder.

A compreensão do conceito de habitus político reforça a forma como a estrutura do campo político — seja no nível local ou federal — reproduz determinadas hierarquias e exclusões. Ainda que formalmente abertos à participação de todos os cidadãos, os espaços legislativos tendem a privilegiar perfis com maior familiaridade com as regras do jogo, o que reforça as barreiras de entrada para indivíduos de camadas sociais historicamente marginalizadas.

A compreensão do campo político como espaço estruturado por desigualdades simbólicas e materiais permite, portanto, lançar luz sobre os mecanismos que operam silenciosamente na formação das elites políticas nas diferentes esferas institucionais. Esse olhar, fundamentado na sociologia bourdieusiana, contribui para superar explicações meramente institucionalistas e aproxima a análise política das estruturas sociais mais amplas nas quais ela está inserida.

3. A Formação Das Elites Políticas Legislativas

Para Kerbauy (2016), durante a ditadura militar, as câmaras legislativas municipais, apesar de terem sido aparelhadas pelo governo, não foram extinguidas pelo papel central que exercem na representação política local. Além de serem ótimos cabos eleitorais para cargos

estaduais, federais e até mesmo para o Executivo do próprio município, os vereadores são ótimos organizadores das associações de moradores e sindicatos de bairro. Este é um exemplo prático do poder simbólico descrito por Bourdieu, exercido pelas elites legislativas no nível local.

No entanto, as elites políticas legislativas locais apresentaram uma mudança significativa após o fim da ditadura. Até então, os políticos locais se resumiam em atores, individuais ou coletivos, envolvidos com o partido do governo e eram exemplos da manifestação de um novo coronelismo.

Nos anos finais da ditadura, novos atores surgiram, por vezes ligados a diversos setores sociais da esfera local – tais como universidades, associações de bairro, sindicatos e órgãos de administração pública em geral. A emergência destes novos atores, ainda que tenha sido amplamente sistematizada pelo governo militar, resultou numa ampliação do campo político, promovendo multiplicidade ideológica também nos âmbitos estaduais e municipais.

Contudo, como destaca Dombrowski (2011), essa transformação não implicou na superação das formas tradicionais de dominação. De acordo com o autor:

O domínio oligárquico e seus filhotes comuns como o clientelismo, o mandonismo, o coronelismo etc. não são fictícios; são fenômenos históricos reais e possuem sólidas bases sociológicas que permanecem vigentes. [...] Não se trata apenas de heranças ou resíduos, mas de práticas ainda presentes, adaptadas a novas conjunturas e atores. O poder local continua sendo espaço privilegiado para sua reprodução” (DOMBROWSKI 2011, p. 188).

Essa análise permite entender por que, apesar da entrada de novos perfis no campo político legislativo municipal, as estruturas de poder seguem sendo fortemente marcadas por relações pessoais, por redes de favores e por um padrão de representação que privilegia um certo vínculo direto e informal entre eleitor e representante.

Já no campo federal, observa-se um cenário diferente, ainda que não totalmente dissociado do anterior. A profissionalização da política tende a ser maior, com uma maior exigência de trajetórias institucionalizadas por parte do eleitor, articulação partidária em nível nacional e presença constante de grupos organizados com poder de lobby. Como afirmam Costa, Codato, Perissinotto e Massimo (2021):

[...] o elitismo social aumenta à medida que a posição almejada é mais elevada na hierarquia de postos políticos. Isso significa que os filtros sociais são mais seletivos conforme se avança para posições centrais no sistema político. [...] Essa tendência sugere um estrangulamento social dos processos de entrada de indivíduos com credenciais sociais mais modestas do que seus competidores, o que contribui para a reprodução das elites parlamentares” (COSTA et al. 2021, p. 105).

Esse contraste revela uma dinâmica em que o campo local, ainda que mais permeável em certos aspectos, continua submetido a práticas patrimonialistas e conservadoras, enquanto o campo federal se organiza sob lógicas mais institucionalizadas, mas ainda assim excludentes, exigindo capital político, cultural e econômico para garantir acesso e permanência nas instâncias de poder.

No plano municipal, essas práticas permanecem visíveis, especialmente no funcionamento das câmaras legislativas. As decisões, muitas vezes, não nascem de demandas populares diretas, mas de pressões vindas de estruturas de poder local já estabelecidas. Como observou C. Wright Mills, numa descrição ainda atual:

Em seus mandatos, os congressistas tem contato com grupos organizados, que os apoiam e aprovam sua atitude em relação aos interesses e programas que defendem. É nessa área municipal que os grupos de aproveitadores, que trocam votos por favores, agem mais abertamente. Os políticos são cercados pelas exigências e solicitações de tais grupos, grandes e pequenos, locais e nacionais. Como corretores do poder, eles tem de fazer concessões num interesse em benefício de outro, e, nesse processo, acabam com frequência comprometidos, sem uma linha política firme (MILLS 1975, p. 299).

Por fim, é importante destacar que as formas de atuação das elites legislativas variam consideravelmente entre os níveis local e federal. No plano municipal, a atuação tende a ser mais direta, voltada à resolução de demandas imediatas da base eleitoral e atravessada por práticas clientelistas, redes pessoais e trocas simbólicas com o eleitorado.

Já no âmbito federal, a atuação parlamentar ocorre em um campo mais institucionalizado, mediado por comissões, articulações partidárias e pressões de grupos de interesse organizados, o que exige maior domínio técnico e capacidade de negociação política em larga escala.

Essas diferenças não apenas revelam a diversidade das estratégias políticas em cada nível, mas também reforçam a ideia de que o espaço legislativo, longe de ser homogêneo, abriga

formas distintas de exercer o poder, moldadas pelas estruturas sociais, pela visibilidade pública e pelas regras institucionais que caracterizam cada esfera da política brasileira.

3.1 A Formação Das Elites Locais

Os diferentes níveis de atuação política apresentam características distintas. Ainda que seja possível perceber semelhanças entre suas funções, as elites políticas locais diferem das federais na trajetória de suas formações. Em geral, os políticos que chegam ao poder nas cidades pequenas e médias não passam por grandes partidos ou por carreiras longas na política.

Muitos vêm de atividades do cotidiano da cidade — são comerciantes, professores, líderes comunitários, religiosos ou até mesmo figuras conhecidas apenas nos seus bairros. Esse tipo de origem dá à elite política local uma aparência mais próxima da população civil, o que ajuda a explicar por que essas lideranças costumam ser vistas como acessíveis e “do povo”. Contudo, é possível notar com frequência a existência de um abismo entre o que motiva a candidatura de uma figura política e o grupo que ela deveria representar.

A presença das elites políticas locais está ligada a uma demanda real por mais representatividade e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas. De forma prática, para um cidadão que se vê constantemente impedido de participar da vida política pelas tarefas mundanas e monotonia do cotidiano, a valorização de uma figura local conhecida inspira um desejo ou esperança por mudança sem demandar grandes esforços, além de trazer uma sensação de confiança mais sólida.

De acordo com Dombrowski (2011), em muitas cidades, a criação de conselhos, audiências públicas e espaços de diálogo foi uma tentativa de aproximar o cidadão comum da política, principalmente depois da Constituição de 1988, que valorizou a ideia de que o povo deve ter voz ativa.

No entanto, o que se vê na prática é que essa participação nem sempre acontece de forma efetiva. Muitas vezes, as pessoas deixam de participar por não se sentirem à vontade nesses espaços ou por dificuldades bem concretas, como falta de tempo, de dinheiro ou mesmo por

não entenderem a linguagem usada nas reuniões, que além de tudo podem ser confusas e enfadonhas. Ademais, os próprios governos municipais costumam ter pouca autonomia para tomar decisões, dependendo amplamente do repasse de verbas do governo federal, o que acaba limitando o poder de transformação dessas instâncias locais.

Ao mesmo tempo, estudos como o de Kerbauy e Martins (2017) mostram que, mesmo se dizendo representantes do povo, muitos vereadores não refletem a diversidade da população. Numa entrevista feita com vereadores da cidade de São Carlos que atuaram entre 2001 e 2008, as autoras puderam investigar que a maioria dos parlamentares é formada por homens brancos, com ensino superior, religiosos e com pouca ligação com partidos.

Ou seja, apesar de estarem ali para representar, muitos não compartilham das mesmas realidades ou preocupações da maior parte dos moradores da cidade. É possível inferir portanto, que há uma contradição: as elites locais aparecem como uma resposta à necessidade de dar voz à população, mas na prática nem sempre conseguem — ou nem sempre tentam — representar de fato os interesses e a pluralidade da sociedade. O resultado é uma política que muitas vezes se mantém nas mãos dos mesmos grupos e não consegue promover as mudanças que se esperavam quando esses espaços foram criados.

Além disso, o caminho até o cargo de vereador, embora mais aberto que o acesso ao Congresso Nacional, ainda depende de redes de apoio locais — como famílias influentes, igrejas ou associações — e da capacidade de se tornar uma figura visível na cidade. Muitos vereadores usam como estratégia política a atuação direta no bairro, com pequenas obras e indicações que geram impacto imediato na vida dos eleitores.

Essa lógica funciona como uma moeda de troca, onde o eleitor espera um retorno prático, enquanto o político garante sua visibilidade e votos. Este tipo de relação demonstra o forte caráter clientelista que acomete as elites legislativas locais e que caracteriza a relação entre vereador e eleitor no âmbito municipal, onde há uma maior inclinação para realização de favores ou interesses pessoais (ou de pequenos grupos) em troca de apoio político.

De acordo com uma pesquisa feita com vereadores do estado de Minas Gerais por Rocha, Souza e Araujo (2020) essa relação clientelista é mais presente em municípios de médio

e pequeno porte, onde há menos organização institucional e maior dependência do papel que o vereador inspira. Nas palavras dos autores:

Os Vereadores ocupam uma posição privilegiada em relação aos eleitores (hierarquia e assimetria em respeito ao acesso a bens públicos) e muitos deles mantêm contato diário com os eleitores (relações reiteradas) para a submissão de pedidos para benefícios privados. Uma grande parte destes vereadores busca responder a estes pedidos por meio de estratégias informais. Portanto, pode-se dizer que uma significativa parcela dos vereadores entrevistados, exibem os elementos-chave que estão presentes em qualquer definição de clientelismo em suas interações diárias com eleitores: hierarquia, personalismo, particularismo e informalidade. (ROCHA, SOUZA E ARAUJO 2020, p.28) - tradução livre

É notável então que a definição de poder simbólico de Bourdieu é extremamente presente nas relações clientelistas que permeiam as elites legislativas de pequenos e médios municípios, uma vez que os vereadores, ocupando uma posição de detentores dos meios para realizar favores e solucionar demandas privadas, exalam um nível de poder que por vezes se parece como maior do que realmente é.

Ainda que este nível de poder e este tipo de atuação aproximem o representante da comunidade, também limitam o papel do Legislativo a pequenas demandas individuais, deixando de lado debates mais amplos sobre políticas públicas estruturantes. Isso fortalece a ideia de que uma elite local pode estar mais próxima da população, mas está, em contrapartida, mais distante de resoluções efetivas para os desafios coletivos de um município.

3.2 A Formação Das Elites Federais

Se, no nível local, é comum encontrar políticos vindos de trajetórias variadas ou improvisadas, no nível federal o cenário é bem diferente. A elite parlamentar que atua no Congresso Nacional tende a seguir um caminho mais planejado e estruturado, passando por várias etapas dentro da política antes de alcançar um cargo de deputado ou senador. Uma das principais diferenças está na profissionalização dessas carreiras. Enquanto muitos vereadores ainda exercem outras ocupações paralelas ao mandato, os parlamentares federais costumam se dedicar exclusivamente à política.

De acordo com Codato e Costa (2011), é comum que deputados federais tenham passado por cargos públicos anteriormente a uma candidatura federal, tais como vereança, prefeituras

ou assembleias legislativas, construindo um “currículo político” ao longo do tempo. Isso mostra que o acesso à política em Brasília é mais fechado, exigindo não apenas capital político, mas também tempo, dinheiro e o apoio de partidos estruturados.

Além disso, os perfis sociais dos deputados federais são mais homogêneos do que parecem à primeira vista. Como apontam Martins e Kerbauy (2017), a elite política brasileira ainda é composta, em sua maioria, por homens brancos, com alto nível de escolaridade e vínculos com grupos econômicos ou políticos influentes. Mesmo que a Constituição de 1988 tenha possibilitado uma maior diversidade, o topo da política nacional continua sendo pouco acessível para mulheres, pessoas negras e outras minorias.

Outro fator importante é o papel dos partidos políticos. No nível federal, os partidos são mais organizados e chegam a funcionar como filtros de entrada para o mundo político. Apesar de necessária, a filiação partidária não garante acesso ao mundo político sozinha. É preciso conquistar espaço interno de forma gradual, ter um sólido apoio de lideranças partidárias e, muitas vezes, obedecer às estratégias eleitorais que priorizam nomes por vezes já consolidados, ou até mesmo nomes de grande representatividade pública (tais como pessoas públicas na Internet ou na televisão).

Dombrowski (2011) mostra que, mesmo com mecanismos formais e burocráticos de participação, como prévias e convenções, a escolha de candidatos é geralmente feita pelas cúpulas dos partidos, o que pode reforçar a concentração de poder em determinados grupos. Nas palavras do autor:

A fala sustentada pelo conhecimento técnico no interior de instituições participativas, quase sempre, é manipulada para suprimir ou desqualificar a participação popular. Através dela os membros das classes subalternas são colocados em situação de inferioridade, pois o conhecimento técnico hierarquiza as relações no interior dessas instituições, separando aqueles que dominam o saber daqueles que devem permanecer calados por não deter o conhecimento. (DOMBROWSKI, 2011, p. 181).

A diferença entre as elites federais e as locais pode também ser caracterizada pelo acesso aos recursos de campanha. As eleições para deputado federal são caras e exigem grandes estruturas, o que acaba limitando a disputa a quem já tem apoio financeiro, empresarial ou partidário. Isso cria uma barreira que impede a renovação política e favorece a reprodução de uma elite com as mesmas características de sempre, implicando também em crises de representatividade que ampliam a desconexão entre eleitor e deputado ou eleitor e senador.

A atuação desses parlamentares também reflete esse perfil. Diferentemente da política local, que foca na resolução de demandas imediatas da população, os políticos federais se ocupam de temas mais amplos, como economia, orçamento, reformas e políticas públicas de impacto nacional. Essa distância entre o eleitor e o parlamentar dificulta que haja o acompanhamento do mandato e reduz a pressão direta da população sobre seus representantes, pois quanto maior o nível de complexidade do processo, mais o eleitor se afasta das pautas que o fizeram optar por seu candidato.

Por fim, mesmo com essas diferenças, as elites locais e federais se conectam. Muitos políticos iniciam suas trajetórias nas câmaras municipais e, com o tempo, vão subindo na hierarquia política. Mas nem todos conseguem completar esse percurso, uma vez que a cada novo nível, os critérios de seleção se tornam mais exigentes e excludentes, ainda que reforçando um modelo político que ainda favorece os mesmos grupos de sempre.

3.3 Recrutamento Político, Profissionalização e Permanência No Cargo

A entrada e a permanência no campo político não acontecem de forma aleatória. Há um conjunto de fatores — sociais, partidários, econômicos e simbólicos — que podem ser entendidos como filtros e que definem quem pode disputar cargos públicos e, uma vez eleito, quem consegue se manter ali por mais tempo. Isso tudo ajuda a entender como as elites políticas se formam e se reproduzem, tanto nas câmaras municipais quanto no Congresso Nacional.

Nas elites locais, o recrutamento político tende a ser mais informal. Muitos vereadores chegam ao cargo por meio de suas relações comunitárias, atuação em igrejas, sindicatos, associações ou mesmo por serem figuras conhecidas nos bairros. Em alguns casos, a entrada na política é quase improvisada: candidatos são convidados às pressas para completar a chapa do partido ou se lançam por motivações pessoais.

Isso dá ao nível municipal uma aparência de maior abertura e diversidade. Porém, como mostram Martins e Kerbauy (2017), o perfil dos eleitos para cargos legislativos locais ainda é bastante homogêneo: em sua maioria, homens brancos, com ensino superior, católicos e com ocupações bem situadas socialmente.

Já no nível federal, o processo de recrutamento é mais exigente. A disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados envolve o apoio de uma estrutura partidária forte, de visibilidade, de financiamento de campanha e também de articulação política.

O estudo de Codato e Costa (2011) sobre a profissionalização da elite parlamentar mostra que, em geral, os deputados federais constroem carreiras políticas ao longo do tempo, passando por cargos anteriores e acumulando capital político e simbólico (como apoio de lideranças, tempo de mídia e recursos partidários).

Não é incomum que comecem como vereadores, prefeitos ou deputados estaduais e que trabalhem para trilhar um caminho concreto até o Congresso Nacional. Esses parlamentares vivem da política e se dedicam exclusivamente a ela — o que nem sempre significa maior compromisso público, mas sim maior habilidade para se manter no jogo e para manipular a opinião popular a seus favores, se expressando novamente numa característica de poder simbólico como descrito por Bourdieu (1989):

[...] a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a estes instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto (sic) um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e [...] o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis (sic) de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo [...]. (BOURDIEU 1989, p.165)

Sendo assim, a permanência no cargo, em ambos os níveis, está diretamente ligada a estes mecanismos de entrada. Quem tem mais recursos — sejam eles econômicos, partidários ou sociais — tende a se manter mais tempo no poder. Nas câmaras municipais, por exemplo, a reeleição é comum, e em muitos casos se vê a repetição dos mesmos nomes por vários mandatos.

Isso acontece porque, além de já terem visibilidade, esses parlamentares criam vínculos com a população por meio de ações práticas e diretas, tais como conseguir uma vaga em creche, um exame médico ou o conserto de uma rua, sendo estas formas cotidianas de garantir apoio eleitoral e poder simbólico.

No plano federal, essa permanência se dá com ainda mais força. Deputados que conseguem se reeleger passam a ocupar posições estratégicas nos partidos, comissões e estruturas do Congresso Nacional. Uma vez inseridos no campo político federal, estes indivíduos têm acesso a verbas de emendas, gabinete próprio, assessores e uma estrutura de visibilidade que tende a favorecer suas reeleições.

Como mostra o estudo de Dombrowski (2011), mesmo com uma democracia formalmente consolidada, o sistema político brasileiro ainda funciona com base em lógicas que mantêm o poder nas mãos de poucos por muito tempo.

Essa repetição de nomes, perfis e trajetórias mostra que a política, mesmo sendo uma arena de disputa, é também um espaço de reprodução e organização de elites. Como já apontavam autores clássicos da teoria das elites, como Michels e Mosca, mesmo os sistemas com fortes ideais democráticos tendem a gerar uma espécie de oligarquia interna, onde poucos decidem por muitos. No caso brasileiro, essa elite se perpetua no campo político por conhecer as regras do jogo — e, muitas vezes, por ser responsável pela sua criação.

3.4 As Barreiras De Inserção Na Vida Política

Mesmo vivendo em uma democracia, a política brasileira continua sendo um espaço restrito. Existem barreiras — explícitas e invisíveis — que dificultam o acesso de certas pessoas e favorecem outras. Essas barreiras estão diretamente ligadas às desigualdades sociais do país, e ajudam a entender por que a elite política se mantém tão parecida ao longo do tempo.

Entre as principais barreiras está o dinheiro. Fazer campanha, mesmo para vereador, exige recursos financeiros que muitas pessoas simplesmente não têm. Isso já exclui uma parte enorme da população, especialmente pessoas negras, mulheres, jovens e moradores de periferias. Além disso, o tempo necessário para se dedicar à política, participar de reuniões e construir uma base eleitoral é um privilégio de quem pode se afastar do trabalho formal ou conta com algum tipo de rede de apoio.

Outro fator é o capital cultural. Muitos espaços políticos usam uma linguagem difícil, cheia de termos técnicos, e exigem familiaridade com normas e procedimentos institucionais. Quem não tem acesso a esse repertório acaba se sentindo deslocado — ou sequer pensa em disputar um cargo. Como lembra Bourdieu, o capital cultural é uma forma de poder, e sua distribuição desigual contribui para a exclusão de grandes setores da população.

Também é preciso destacar as barreiras simbólicas. Ainda há um preconceito forte contra mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pobres que tentam ocupar cargos públicos. Mesmo quando esses grupos conseguem se eleger, enfrentam resistências dentro dos próprios partidos e das casas legislativas. É como se tivessem que provar o tempo todo que pertencem àquele espaço — algo que os parlamentares tradicionais raramente precisam fazer.

Como mostram Martins e Kerbauy (2017), a elite política brasileira continua sendo majoritariamente branca, masculina e com trajetória de vida distante das experiências da maioria da população. A entrada de novos sujeitos é a exceção, não a regra. Dombrowski (2011) reforça esse ponto ao afirmar que a estrutura social e institucional do país ainda dificulta a ampliação real da representatividade.

Essas barreiras, portanto, não são apenas técnicas ou administrativas. Elas são sociais e políticas, e refletem uma sociedade que ainda mantém a desigualdade como parte de seu funcionamento. Enquanto elas não forem enfrentadas, a elite política — tanto local quanto federal — continuará sendo um espelho distorcido da população brasileira.

A análise da formação das elites políticas legislativas mostra que, apesar das diferenças entre os níveis local e federal, ambos os espaços são marcados por mecanismos de exclusão e reprodução do poder. No plano municipal, há uma aparente maior abertura para novas lideranças, mas essa abertura muitas vezes é limitada por práticas tradicionais, como o clientelismo e o personalismo.

Já no nível federal, o acesso é mais restrito e depende de uma trajetória política mais longa, bem como do apoio de partidos estruturados, recursos financeiros e capital político acumulado.

Tanto em um nível quanto no outro, o processo de recrutamento político não ocorre de forma neutra. Ele está inserido em uma estrutura social desigual, que favorece certos grupos — principalmente homens brancos, com ensino superior e boa inserção econômica — e dificulta a entrada de outros. A profissionalização da política, longe de significar maior qualificação democrática, muitas vezes se transforma em um obstáculo à renovação e à diversidade de vozes dentro do parlamento.

Além disso, a permanência dos mesmos atores no poder, seja por meio da reeleição ou da sucessão familiar e partidária, evidencia que a elite política não apenas se forma, mas também se preserva. Ela opera com base em lógicas que combinam acesso privilegiado a recursos, redes de influência e domínio das regras do jogo político — muitas vezes invisíveis para quem está fora dele.

Por fim, as barreiras sociais, econômicas, culturais e simbólicas que impedem a entrada de novos sujeitos na política são um dos principais desafios para a consolidação de uma democracia mais representativa no Brasil. Enquanto essas barreiras não forem enfrentadas de

forma estrutural, a elite política continuará a ser, em grande parte, a mesma — reproduzindo os interesses de poucos em nome de muitos.

4. As diferenças e semelhanças entre elites legislativas federais e locais: Desdobramentos de suas atuações

A comparação entre as elites legislativas federais e locais exige mais do que uma enumeração de contrastes ou sobreposições; ela demanda uma análise que supere a mera descrição dos perfis e das estruturas institucionais. Ao reunir os elementos discutidos nos capítulos anteriores — sobre formação, recrutamento, profissionalização, capital simbólico e representatividade — este capítulo tem a intenção de sistematizar e aprofundar os desdobramentos dessas diferenças e semelhanças no modo como essas elites atuam politicamente. Para isso, é essencial manter o rigor teórico e, ao mesmo tempo, avançar em conclusões que contribuam para o entendimento da reprodução do poder legislativo no Brasil.

4.1 Estrutura e Escopo da Atuação Legislativa

Uma das diferenças mais evidentes entre elites legislativas locais e federais está no escopo de sua atuação. Enquanto vereadores atuam em câmaras municipais lidando com demandas imediatas e concretas — como infraestrutura urbana, serviços básicos e mediação entre população e Executivo local —, deputados federais atuam sobre temas nacionais, como orçamento da União, reformas constitucionais e elaboração de políticas públicas de larga escala.

Essa diferença de escopo impõe aos legisladores federais a necessidade de um maior domínio técnico e uma maior articulação institucional, enquanto os vereadores operam muitas vezes com base na informalidade e na proximidade com o eleitor. De acordo com CODATO e COSTA (2011):

Os processos legislativos no Congresso Nacional exigem dos parlamentares não apenas domínio técnico sobre as pautas discutidas, mas também inserção estratégica nas articulações partidárias. A política local, por sua vez, preserva traços personalistas, nos quais a gestão pública é percebida por meio da proximidade entre eleitor e representante. Essa diferença de atuação influencia diretamente as formas de engajamento político e a estrutura do campo legislativo (CODATO E COSTA 2011, p. 35).

Esta ampliação no escopo federal, exige que os deputados lidem com questões mais especializadas, que vão desde a regulamentação do sistema financeiro até a elaboração de legislações específicas em áreas como energia, meio ambiente e tecnologia. Esse tipo de atuação demanda assessorias técnicas, um corpo jurídico qualificado e uma maior capacidade de diálogo e articulação com diferentes setores da sociedade civil e do empresariado.

Em contrapartida, os vereadores, apesar de também poderem legislar sobre uma ampla gama de temas, acabam muitas vezes limitando sua ação a questões imediatas e visíveis, como asfaltamento de ruas, consertos em escolas e articulações com secretarias municipais para a resolução de demandas pontuais e maior ganho de capital político diretamente com o seu eleitor. Nas palavras de Kerbauy (2016):

A atividade parlamentar no nível federal exige a presença contínua em Brasília e um alto nível de especialização. Já no âmbito local, os legisladores tendem a se aproximar mais dos eleitores, atuando como intermediadores diretos de demandas individuais. Esse distanciamento no nível federal faz com que as interações entre representantes e representados ocorram de forma menos personalizada e mais mediada por partidos e assessorias (KERBAUY, 2016, p. 59).

Esse distanciamento entre o parlamentar federal e o cidadão comum tem implicações práticas. A complexidade dos temas tratados, aliada à estrutura burocrática do Congresso Nacional, torna difícil para o eleitor médio acompanhar o trabalho dos parlamentares, o que favorece a formação de uma elite política mais fechada e, de certa forma, conservadora.

Como apontam Costa, Codato, Perissinotto e Massimo (2013), a atuação dos parlamentares federais tende a se especializar, o que gera uma barreira simbólica e técnica entre representantes e representados, diminuindo a pressão direta da sociedade sobre os eleitos. A falta de compreensão sobre os processos legislativos, combinada com o excesso de informação e a baixa educação política da população, acentua ainda mais esse afastamento.

Além disso, até mesmo a amplitude geográfica das bases eleitorais de deputados federais pode ser um dificultador de uma interação mais direta com seus eleitores. Diferentemente dos vereadores, que frequentemente conhecem pessoalmente seus eleitores, os deputados lidam com um público amplo, diversificado e muitas vezes distante fisicamente.

Essa realidade impõe a necessidade de campanhas massivas, utilização de mídias de grande alcance (como redes sociais e outras formas de propaganda política) e dependência maior de partidos e estruturas formais para intermediar o contato com o eleitorado. Como

consequência, a relação entre deputado, senador e cidadão se torna mais abstrata, menos personalizada e mais sujeita a ser moldada por estratégias de marketing político.

4.2 Proximidade e Informalidade x Institucionalização e Tecnicismo

Como discutido nos capítulos anteriores, a atuação política local é marcada por relações diretas entre eleitor e representante. O estudo de Rocha, Souza e Araújo (2020) mostra como os vereadores mineiros, especialmente de municípios pequenos e médios, mantêm contato cotidiano com seus eleitores e são cobrados por ações individuais e pontuais.

A política local, nesses casos, adquire um caráter personalizado e hierárquico, com forte presença de estratégias informais de troca de favores e resolução de demandas imediatas. Essa atuação é eficaz para responder a necessidades práticas e pontuais da população, como demandas por iluminação pública, asfaltamento de ruas ou encaminhamentos na área da saúde.

No entanto, ela pode comprometer a formulação de políticas públicas mais estruturantes, pois a lógica do atendimento individualizado tende a fragmentar a ação legislativa. Em vez de produzir legislação com impacto coletivo e de longo prazo, o vereador se vê pressionado a agir como um intermediador de favores, o que limita seu papel institucional mais amplo. De acordo com DOMBROWSKI (2011):

O poder local, marcado pela informalidade e pelo clientelismo, continua sendo o espaço privilegiado para reprodução das relações hierárquicas entre representantes e representados. As dinâmicas de acesso à política no nível municipal, embora pareçam democratizadas, ainda refletem um padrão consolidado de concentração de poder em determinados grupos e famílias locais, dificultando rupturas institucionais profundas. (DOMBROWSKI 2011, p. 184).

Outro aspecto importante é que esta informalidade nas relações entre vereador e eleitor também pode gerar desigualdade no acesso aos serviços públicos. Como os recursos são escassos e as demandas são muitas, aqueles que possuem vínculos pessoais ou maior capital social com um vereador em específico, tendem a ter suas demandas privilegiadas.

Isso reforça o caráter clientelista das elites legislativas locais e impacta diretamente na redução dos princípios de igualdade e impessoalidade que deveriam permear a administração pública. Assim, mesmo que a proximidade aparente entre eleitor e vereador seja valorizada, ela pode camuflar dinâmicas de exclusão e reprodução de privilégios locais.

Esse tipo de relação contrasta com a atuação federal, onde a distância institucional, geográfica e simbólica entre representantes e representados é mais acentuada. Deputados federais, em geral, não são cobrados diretamente por ações individuais, mas sim por sua atuação em frentes temáticas, votações relevantes ou articulações partidárias. Isso não necessariamente significa que o clientelismo não esteja presente no âmbito federal, mas o desloca para outras formas — como a liberação de emendas parlamentares e o apoio a prefeitos aliados —, mediado por estruturas partidárias e institucionais mais densas.

No âmbito federal, o desempenho parlamentar é frequentemente medido por indicadores mais formais, como a proposição de projetos de lei, relatorias, participação em comissões e votações nominais. A pressão pública se dá de forma mais difusa, frequentemente mediada por veículos de comunicação, organizações da sociedade civil e redes sociais digitais. Ainda assim, a dificuldade de compreensão das pautas e o tecnicismo do processo legislativo nacional afastam muitos cidadãos do acompanhamento efetivo de seus representantes, o que pode impactar negativamente na sensação de representatividade política do eleitorado.

4.3 Recrutamento, Permanência e Profissionalização das Elites Legislativas

O processo de recrutamento político também marca diferenças substanciais entre os dois níveis. Como apontado por Codato e Costa (2011), os parlamentares federais tendem a seguir carreiras políticas mais longas, construídas em etapas sucessivas e com base em estratégias de profissionalização. O acesso ao Congresso Nacional depende não apenas de visibilidade eleitoral, mas também de capital político acumulado, apoio partidário estruturado e capacidade de financiamento de campanhas em larga escala. Esse processo seletivo mais exigente favorece candidatos que já possuem experiência política anterior, um bom relacionamento com partidos e um acesso a recursos financeiros mais expressivo.

Além disso, o ambiente político nacional é mais competitivo e, também, mais profissionalizado. Isto se deve, entre outras causas, porque partidos políticos tendem a exercer um papel mais rigoroso na seleção de candidaturas para níveis federais, incluindo dentre as exigências para ingressar e permanecer na arena federal, habilidades específicas tais como domínio de temas legislativos complexos ou a capacidade de articulação com diferentes bancadas e setores privados. A construção de uma trajetória sólida nesse campo requer tempo, dedicação exclusiva e inserção em redes políticas duradouras.

Já no plano local, embora o ingresso na política possa parecer mais acessível, ele também está condicionado a redes de influência — como famílias tradicionais, igrejas, associações de bairro — e à capacidade do candidato de construir uma imagem pública facilmente reconhecível. A política local é, muitas vezes, a porta de entrada para indivíduos que ainda não fazem parte das elites tradicionais, mas que encontram nos vínculos comunitários a possibilidade de se projetarem eleitoralmente.

No entanto, como mostram os dados levantados por Martins e Kerbauy (2017), essa porta de entrada nem sempre é tão aberta quanto parece: em muitas cidades, o perfil dos eleitos permanece homogêneo, composto majoritariamente por homens, brancos, religiosos e com escolaridade superior. Em contrapartida, a permanência no cargo municipal está ligada à capacidade de dominar os códigos do campo político.

Como discutido por Bourdieu (1989), o capital político não é apenas um recurso que se acumula, mas também um efeito de reconhecimento social: quem já ocupa uma posição legítima tende a ser percebido como mais apto a continuar ocupando-a. Esse mecanismo contribui para a reprodução das elites em ambos os níveis, gerando uma lógica de concentração de poder que dificulta a renovação efetiva da representação política.

Além disso, como mostra Michels (1911), a profissionalização política contribui para o fechamento do sistema representativo em torno de uma elite dirigente. A especialização e o domínio das técnicas políticas tornam difícil a inserção de novos atores e reforçam a tendência de manutenção de um núcleo centralizado de poder. Em outras palavras, quanto mais institucionalizada e complexa for a estrutura legislativa, maior a probabilidade de que ela seja ocupada por um grupo restrito de indivíduos com acesso privilegiado aos recursos necessários para nela se manter.

É importante considerar, ainda, que o exercício do mandato, por si só, já é um grande responsável por potencializar a capacidade de reeleição. O acesso à estrutura do Legislativo promove a visibilidade pública, além de que os recursos materiais e simbólicos que ficam disponíveis durante o mandato favorecem amplamente os candidatos já eleitos por terem maior disposição de uso da máquina pública. Isso se aplica tanto a vereadores quanto a deputados, mas é no plano federal que esses instrumentos são mais sofisticados e institucionalizados, contribuindo para a formação de carreiras políticas consolidadas.

4.4 Representatividade e Performance Simbólica

Apesar das diferenças estruturais, tanto a elite legislativa local quanto a federal compartilham um desafio comum: o déficit de representatividade. Como demonstrado ao longo do trabalho, os perfis sociais predominantes em ambas as esferas permanecem distantes da realidade da maior parte da população brasileira. Isso se expressa em termos de gênero, raça, escolaridade e origem social. De acordo com COSTA et al (2011):

O elitismo social aumenta à medida que a posição almejada é mais elevada na hierarquia política. Isso significa que os filtros sociais são mais seletivos conforme se avança para posições centrais no sistema político. Essa tendência sugere um estrangulamento social dos processos de entrada de indivíduos com credenciais sociais mais modestas do que seus competidores, o que contribui para a reprodução das elites parlamentares (COSTA ET AL., 2021, p. 105)

A performance simbólica das elites — isto é, a forma como se apresentam como legítimos representantes — opera de maneira distinta conforme o nível de atuação. No plano local, a imagem de proximidade é enfatizada, com vereadores se apresentando como "pessoas do povo". No plano federal, a autoridade é muitas vezes construída a partir do domínio técnico e da capacidade de articulação política em grandes arenas decisórias. Nos dois casos, há uma busca pela legitimação junto a diferentes públicos, utilizando estratégias específicas de comunicação e simbolismo.

Essa diferença de performance está diretamente ligada ao tipo de vínculo que os parlamentares estabelecem com suas bases. Enquanto os vereadores reforçam sua legitimidade por meio da presença física e da atuação direta, os deputados federais dependem mais de instrumentos midiáticos e da atuação institucionalizada nos partidos. Ainda assim, em ambos os casos, o reconhecimento simbólico desempenha um papel fundamental na manutenção das posições políticas.

Outro aspecto relevante é que a forma como os parlamentares se comunicam com a população molda a percepção pública sobre sua representatividade. Os vereadores podem reforçar sua imagem através de ações visíveis no cotidiano dos bairros, como presença em eventos, visitas a obras ou apoio a causas locais. Deputados, por outro lado, frequentemente utilizam redes sociais, entrevistas em grandes veículos e campanhas publicitárias para construir uma imagem pública. Essa diferença de estratégia reflete não apenas a escala distinta de atuação, mas também os recursos disponíveis e os públicos que pretendem atingir.

4.5 Convergências e Interdependência

Apesar das diferenças identificadas, é preciso reconhecer que há interdependência entre elites locais e federais. Muitos parlamentares federais iniciam sua trajetória na política local, utilizando sua base municipal como trampolim para posições mais elevadas. A base eleitoral construída na cidade pode ser mobilizada em disputas estaduais e federais, especialmente quando associada a redes partidárias amplas e à distribuição de recursos como emendas parlamentares. Segundo FARIAS FILHO (2011):

As elites políticas regionais não operam isoladamente, mas sim como parte de uma rede de influência que atravessa diferentes níveis de governo. A trajetória dos parlamentares federais, em sua maioria, passa por cargos municipais e estaduais antes de atingir o Congresso, consolidando uma cultura de perpetuação do poder que dificulta a renovação efetiva na representação política. (FARIAS FILHO, 2011, p. 182)

Esse movimento ascendente dentro do campo político reforça a ideia de que a experiência prévia em cargos locais serve como etapa de formação e legitimação. O conhecimento das demandas locais, a articulação com lideranças comunitárias e a familiaridade com os mecanismos administrativos da prefeitura e da câmara municipal conferem aos políticos locais uma base sólida para buscar voos mais altos.

Por outro lado, vereadores e prefeitos também dependem do apoio de deputados e senadores para garantir repasses de verbas e intermediações políticas. Essa relação entre diferentes níveis do poder legislativo mostra que as elites não operam em esferas isoladas, mas formam uma rede de influências mútuas e dinâmicas de poder conectadas.

Essa interdependência se manifesta de diversas formas: articulação para execução de obras, compartilhamento de palanques eleitorais, repasse de recursos por meio de emendas parlamentares e apoio político em votações decisivas. Assim, compreender o funcionamento da elite legislativa exige uma visão sistêmica, que considere a circulação de capital político entre os níveis local e federal.

Em resumo, a atuação de elites legislativas locais e federais é marcada por lógicas distintas, mas complementares. Cada uma opera sob pressões e estruturas próprias, e suas ações refletem tanto os limites quanto às possibilidades do campo político em que estão inseridas. Compreender essas diferenças e pontos de contato é essencial para analisar o funcionamento real da representação política no Brasil.

5. Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a uma tarefa central: compreender as diferenças e semelhanças estruturais, sociológicas e institucionais entre a atuação das elites legislativas nos âmbitos federal e local no Brasil. Para alcançar tal objetivo, este trabalho partiu de uma densa jornada teórico-metodológica, revisitando as formulações da teoria clássica das elites, incorporando ferramentas analíticas mais sofisticadas como as da sociologia de Pierre Bourdieu e, por fim, articulando esse arcabouço teórico com a literatura especializada sobre a política brasileira.

Ao finalizar esta trajetória, é possível não apenas responder ao problema de pesquisa inicialmente proposto, mas também sistematizar as principais conclusões que emergiram desta análise e, igualmente importante, delinear as lacunas e os novos questionamentos que se abrem para futuras investigações.

A principal conclusão que se extrai deste estudo é a confirmação de que os espaços legislativos local e federal, ainda que formalmente parte da mesma estrutura democrática, operam sob mecanismos estruturais e sociológicos amplamente distintos, que moldam desde o recrutamento dos seus membros até a sua performance política cotidiana.

De um lado, a esfera municipal se caracteriza por uma dinâmica de maior proximidade e informalidade, onde a atuação do vereador é, em grande medida, pautada pela sua relação direta e pessoal com o eleitorado, que é visto – e muitas vezes age – como um demandador de ações concretas e imediatas, tais como o conserto de uma rua, a vaga em uma creche ou o encaminhamento para um serviço de saúde. Essa lógica, embora funcional para a resolução de problemas pontuais, fomenta um forte caráter clientelista, onde a troca de favores se torna uma moeda política corrente.

O poder do legislador local, nesse sentido, é amplificado simbolicamente; ele se torna o detentor dos meios para solucionar as necessidades privadas de seus eleitores, o que reforça sua posição e garante sua permanência no poder, ainda que isso limite o papel do Legislativo a uma atuação pontual e de baixo impacto em políticas públicas que sejam, de fato, estruturantes.

Em contrapartida, a esfera federal se define pela institucionalização e pelo tecnicismo. A atuação de deputados e senadores ocorre em um campo político mais distante, tanto

geográfica quanto simbolicamente, do cidadão comum. As pautas tratadas são de natureza ampla e abstrata — orçamentos, reformas constitucionais, políticas de impacto nacional —, o que exige um domínio técnico e uma capacidade de articulação em larga escala, frequentemente mediada por comissões, assessorias e bancadas partidárias.

A relação com o eleitorado, por sua vez, deixa de ser pessoal e passa a ser intermediada por estruturas partidárias e, cada vez mais, por estratégias de comunicação e de marketing político. Essa distância, aliada à complexidade do processo legislativo nacional, acaba por reduzir a pressão direta da sociedade sobre seus representantes, favorecendo a consolidação de uma elite política mais fechada e profissionalizada, que opera com base em códigos e negociações muitas vezes invisíveis para o grande público.

Outra conclusão fundamental do trabalho diz respeito ao paradoxo entre recrutamento e representatividade. Foi possível observar que o acesso à política legislativa funciona como uma espécie funil social e institucional. O âmbito municipal, com seu recrutamento mais informal e baseado em redes comunitárias, aparenta ser uma porta de entrada muito mais aberta (e deveras mais democrática) para a política.

Contudo, mesmo nesse nível, a análise da literatura mostra que o perfil dos eleitos permanece notavelmente homogêneo, privilegiando homens brancos e com maior escolaridade, o que já indica a presença de barreiras sociais e simbólicas eficazes, mesmo com um acesso inicial aparentemente mais democrático.

Ao avançar para a esfera federal, esse funil se estreita drasticamente. O acesso ao Congresso Nacional exige não apenas um capital político acumulado ao longo de uma carreira, mas também um expressivo capital econômico para financiar campanhas de grande porte e o apoio de estruturas partidárias consolidadas.

Como apontado por Costa et al., o elitismo social aumenta conforme se sobe na hierarquia dos postos políticos, gerando um "estrangulamento" que dificulta a ascensão de indivíduos com características sociais mais modestas. O resultado é que, apesar de suas diferenças operacionais, tanto a elite local quanto a federal compartilham de um certo déficit de representatividade, espelhando de forma muito distorcida a diversidade da população brasileira.

Sendo assim, a pertinência desta monografia reside não apenas em descrever essas dinâmicas, mas em articulá-las dentro de um arcabouço teórico coeso, demonstrando como as

lógicas de poder observadas na política brasileira contemporânea dialogam diretamente com as teorias clássicas das elites e com os conceitos bourdieusianos.

A contribuição deste trabalho, portanto, é a de oferecer uma sistematização que auxilie no processo de compreensão do poder legislativo no Brasil, conectando os mecanismos de reprodução social com as práticas políticas institucionais. É justamente por ser uma pesquisa bibliográfica que este estudo consegue identificar lacunas e delinear novos questionamentos que podem, e devem, ser aprofundados por futuras pesquisas.

Nesse sentido, o trabalho aponta para algumas hipóteses que ficam em aberto e merecem investigação. Primeiramente, a análise sobre as barreiras de inserção no campo político, permite formular a hipótese de que tais obstáculos operam de maneira distinta para grupos sub-representados a depender da esfera de poder.

Se no âmbito municipal a dificuldade primordial reside na falta de inserção em redes clientelistas e em redes de apoio local, no âmbito federal a barreira predominante seria a falta de acesso ao capital financeiro e às cúpulas das estruturas partidárias nacionais. Uma pesquisa de campo com pré-candidatos e candidatas que não obtiveram sucesso em suas empreitadas poderia, por exemplo, trazer evidências valiosas e mais claras para testar essa proposição.

Adicionalmente, a distinção entre a proximidade do poder municipal e o distanciamento institucional na esfera federal instiga a necessidade de se investigar este fenômeno sob a perspectiva do eleitorado.

Levanta-se a hipótese de que a percepção cidadã sobre o que constitui uma representação política eficaz é radicalmente diferente em cada nível: o vereador seria avaliado por sua capacidade de resposta a demandas concretas e individuais, ao passo que o deputado federal seria julgado por seu alinhamento ideológico e posicionamento em pautas de repercussão nacional. Estudos baseados em surveys e grupos focais poderiam medir essas expectativas e compreender como elas impactam a legitimidade dos representantes em cada uma destas esferas.

Por fim, a discussão sobre a profissionalização e a construção de carreiras ascendentes abre caminho para uma hipótese sociológica mais refinada, segundo a qual o "filtro" que seleciona os políticos que transitam do nível local para o federal seria menos técnico-

administrativo e mais ligado à capacidade de assimilação da cultura produzida pela elite política nacional.

Essa hipótese sugere que, para ser bem-sucedido no salto para Brasília, o político precisaria abandonar práticas e discursos de base e incorporar os códigos de conduta, a linguagem e as formas de negociação da política em escala federal, um processo de socialização que poderia ser investigado por meio de entrevistas em profundidade com parlamentares que fizeram essa transição.

Em suma, este trabalho buscou demonstrar que as elites legislativas locais e federais, embora interconectadas, constituem dois mundos com regras, capitais e dinâmicas próprias. A compreensão dessas diferenças é crucial para qualquer análise séria sobre os limites e as possibilidades da democracia representativa no Brasil.

Por fim, tem-se que ao sistematizar o conhecimento existente e propor novas agendas de pesquisa, esta monografia espera ter contribuído para o debate acadêmico, reforçando a ideia de que o poder político, em qualquer de suas esferas, é um campo de disputas contínuas, onde a reprodução das desigualdades continua sendo um desafio central a ser compreendido e enfrentado.

6. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Mário Lôbo. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989.

CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano (org.). *Como estudar elites: novos estudos sobre política, poder e desigualdades*. Curitiba: **Appris**, 2018. cap. 9

COSTA, Sérgio; CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato Monseff; MASSIMO, Luciano da Fonseca. Sociologia política, sociologia da política e ciência política: três abordagens sobre as elites parlamentares brasileiras. In: BATISTA, Fabrício M. (org.). *Elites políticas e sociedade*. Curitiba: **CRV**, 2021. p. 85–115.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 115–136, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/8YZ4DLhF3T7HVctrH63T8yB/?lang=pt>.

DOMBROWSKI, Osmir. Entre o poder local e a elite central: o lugar das elites políticas municipais na democracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 55–72, out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300005>.

DOMBROWSKI, Osmir. Entre o poder local e a elite central: um ensaio sobre a participação política no Brasil. **Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura, Sociedad, Resistencia (Argentina)**, v. 11, n. 11, p. 177–190, out. 2011.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 175–189, out. 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Elites políticas no Brasil*. São Paulo: **Editora UNESP**, 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Profissionalização da elite parlamentar: o caso da Câmara dos Deputados brasileira. In: KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). Representação política no Brasil: atores, instituições e processos. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2011. p. 59–87.

MARTINS, Thais; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O perfil da elite política local. In: MARTINS, Nayara Sandy. Elites políticas no Brasil: representatividade e exclusão. São Paulo: **Pólis**, 2017. p. 155–174.

MARTINS, Thais; KERBAUY, Maria Tereza. O perfil da elite política local: um estudo sobre os vereadores de Araraquara. In: MARTINS, Nayara; SANDY, Ana Paula; et al. O perfil da elite política local. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; **Oficina Municipal**, 2020. p. 17–52.

MICHELS, Robert. Os partidos políticos: um estudo sociológico das tendências oligárquicas da democracia moderna. Brasília: **Editora Universidade de Brasília**, 1982.

MILLS, C. Wright. A elite do poder. Rio de Janeiro: **Zahar**, 1975

MOSCA, Gaetano. A classe política. São Paulo: **Martins Fontes**, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2002.

PARETO, Vilfredo. Tratado de Sociologia Geral. São Paulo: **Martins Fontes**, 1994.

Rocha, Marta Mendes da; Souza, Augusto Carvalho de; Araújo, Paulo Magalhães, 2020, "Replication Data for: Clientelism and Local Politics: Interactions between Municipal Councilors and Voters in the State of Minas Gerais", <https://doi.org/10.7910/DVN/UO5XSW>, **Harvard Dataverse**, V1.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de História**, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 7–28, 1971.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.